

CULTURA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Patrícia Miranda Ribeiro¹

RESUMO

O artigo buscou através da pesquisa bibliográfica, mostrar que o intercâmbio entre Cultura, Trabalho e Educação, e que para isso é necessário à consolidação do desenvolvimento integral do indivíduo. A inter-relação desses fatores agrega, juntamente, valores aos segmentos estipulados, e atua de forma atuando como aceleradores de suas ações. O artigo será discorrido sobre a diversidade cultural e educacional, a cultura escolar e da escola. Busca analisar a juventude, o trabalho e escola, observando o sujeito na educação bem como a organização dos processos pedagógicos e a relação entre cultura, trabalho e educação. Pesquisar o assunto foi fundamental para compreender como se dão as relações culturais no interior da escola, visto que este espaço é de relações sociais que marcam e estruturam o processo de socialização do sujeito.

Palavras-Chave: Cultura. Diversidade. Inter-relação.

INTRODUÇÃO

O Brasil, ao longo de sua história, tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. Hoje, milhões de brasileiros ainda não se beneficiam do ingresso e da permanência na escola, ou seja, não têm acesso a um sistema de educação que os acolha.

É direito do cidadão e dever do Estado, ter e oferecer boa educação, fazer com o que esse direito seja cumprido é um processo difícil e necessita de decisões adequadas.

Hoje a educação tem como processo pedagógico sistematizado de intervenção na vida social das pessoas, é considerado elemento importante de estudos científicos para definir as políticas estratégicas para o desenvolvimento de toda a sociedade, ou seja, vem como mediação básica da vida social de toda a sociedade. A reavaliação, que levou à sua revalorização, não pode, no entanto, fundar-se apenas na operacionalidade para ter eficácia funcional do sistema socioeconômico, como muitas vezes tendem a vê-la as organizações oficiais,

¹Mestranda em Educação Profissional pela Faculdade Integrada de Goiás; Pós Graduada Metodologia do Ensino Superior e Docência Universitária pela Faculdade de Anicuns; Bacharel em Direito pela Faculdade de Anicuns e Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas – Goiânia/Go; E-mail:pmribeior@hotmail.com.

grandes economistas e outros especialistas que focam a questão sob a perspectiva da teoria do capital humano.

O presente artigo, tem como objetivo, tecer algumas considerações sobre a significação da educação como mediação concreta da existência exata da sociedade brasileira, no quadrante histórico atual. Para tanto, inicia de uma configuração da situação em que se encontram as relações entre educação, sociedade e trabalho, que logo em seguida desenvolve considerações sobre o que é necessário para redimensionamento de seu papel, em face das exigências postas pela significação da condição humana, fundada na iminente dignidade dos seres humanos como pessoas.

CULTURA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Nos debates atuais, a relação entre diversidade e desigualdades tem, ocupado um lugar de maior destaque. No que se refere à diversidade, Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011) pensam que o seu debate, com ênfase na diversidade cultural que marca a sociedade atual, é efetivada em aversão ao modelo de Estado-nação contemporâneo, liberal e ocidental e se faz presente em grande parte do mundo.

Dos ensinamentos das autoras, extrai-se ainda a advertência para o fato de que a discussão sobre a diversidade se caracteriza em cada país conforme o seu momento de emergência e vivência, as razões fundamentais que provocam ou estabelecem debate sobre determinados grupos, identidades culturais, espaciais e territoriais, discriminação, entre outros.

Gênero, raça, imigração, língua, sexualidade, etnia, territórios são alguns dos fatores fundamentais e temas que influenciaram o processo de discussão e mobilização sobre a diversidade, mesmo que em diversas situações e contextos esses fatores estão inter-relacionados.

A diversidade, apreendida como organismo histórico, social, cultural e político das diferenças, concretiza-se em meio às relações de poder e ainda ao desenvolvimento das desigualdades e da crise econômica que se salientam tanto no contexto nacional como no contexto internacional.

É inegável, que os debates, as consequências da desigualdade socioeconômica sobre toda a sociedade e, especialmente, sobre os diversos grupos

sociais. Deste modo, o exame do enredo diversidade e desigualdade, deve-se ser analisado e realizado levando-se em conta a sua inter-relação com determinados fatores, como: os desafios da articulação entre políticas de identidade ou reconhecimento da diferença global e políticas de igualdade, a desigualdade na distribuição de renda da população e o acirramento da pobreza, a indispensável reinvenção do Estado em direção à emancipação social, os desafios dos setores populares e atuais melhorias dos movimentos sócias em relação ao acesso a educação, à saúde, ao trabalho, a moradia e aos bens culturais, bem como os impactos da relação entre desigualdade, diversidade e igualdade nas políticas públicas.

DIVERSIDADE CULTURAL E EDUCACIONAL

A escola é um ambiente sociocultural, em que é presumível o encontro na diversidade. Ela é ao mesmo tempo, um lugar caracterizado por símbolos, crenças, valores e grande diversidade de culturas. Nesse contexto, a abordagem sobre a diversidade cultural no ambiente escolar é muito importante, pois, desafia a escola a rever pontos de vistas e modelos utilizados como padrão, e também instituir espaços inclusivos, de modo a respeitar e valorizar a diversidade cultural dos alunos.

Desse modo, o grande desafio é para os educadores, que necessitam descobrir e aplicar algumas estratégias de ensino diversificado que ultrapassem programas, ementas e conteúdos, ou seja, deve empenhar e buscar mecanismos e metodologia que atendem a diversidade cultural dos seus alunos.

Soares (2003, p.165), refletindo sobre a diversidade cultural presente no cotidiano escolar, ressalta que “o grande desafio que se coloca é a necessidade de entender a relação entre cultura e educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar ou fonte, de que se nutre o processo educacional, onde se formam pessoas e consciência”.

Surge então, a necessidade de uma educação escolar completa, direcionada para a diversidade, que respeite a pluralidade cultural, étnica e religiosa que existe no ambiente escolar, para então compreender e valorizar a complexa realidade dos educandos, no sentido de promover a convivência fraterna, e portanto a paz e a justiça social.

Entende-se que sugerir um ensino que respeite a diversidade cultural dos educandos, significa perceber cada realidade social e cultural desses, com a apreensão e interesse de delinear um projeto pedagógico para atender a todos sem restrição.

É preciso ter consciência de que a diversidade é cheia de conflitos, tensões e resistências. Conforme assinalam Moreira e Candau (2005, p. 78), “as instituições de ensino sempre tiveram dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença, tendendo para a homogeneização e padronização”.

No entanto, no contexto social, a diversidade não constitui em apenas um fato ou num fato novo, como se sabe, as diferenças são intrínsecas ao ser humano, todos são diferentes, e deste modo falar de diversidade é falar do coletivo, e no meio desse coletivo encontram-se muitas diferenças subjetivas.

É importante ressaltar com base em Moreira e Candau (2005), que hoje a diversidade cultural se tornou muito complexa, considerando-se alguns elementos que contribuíram para a sua expansão, tem-se como os mais importantes, a globalização e os movimentos migratórios, que ao aproximarem os povos e suas culturas, trouxe como consequência a contribuição para a diversificação do modo de ser dos seres humanos.

CULTURA ESCOLAR E DA ESCOLA

A reflexão sobre escola e cultura é essencial a todo processo educativo. Esse tema é aplicável ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Pois, é impossível imaginar uma experiência pedagógica sem cultura, em que a referência cultural não esteja presente.

A escola é uma instituição cultural, as relações entre escola e cultura não podem ser arquitetadas como dois pontos independentes, e sim como universos interligados. Ao partir dessas afirmações, aceita-se a íntima coligação entre escola e cultura, apontando suas relações como essencialmente características do universo educacional, mas, compete indagar por que atualmente essa comprovação parece se cobrir de novidade, sendo mesmo analisada por diversos autores como sobretudo desafiadora para as práticas educativas.

Historicamente construída no contexto da modernidade, a escola é uma instituição avaliada como intervenção privilegiada no desenvolvimento de uma

função social essencial: transmitir cultura, proporcionando às novas gerações o que a humanidade produziu de mais significativo culturalmente.

Conforme sustenta Sacristán (2001, p. 21):

A educação contribuiu consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na História; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores. A fé na educação nutre-se da crença de que esta possa melhorar a qualidade de vida, a racionalidade, o desenvolvimento da sensibilidade, a compreensão entre os seres humanos, o decréscimo da agressividade, o desenvolvimento econômico, ou o domínio da fatalidade e da natureza hostil pelo progresso das ciências e da tecnologia propagadas e incrementadas pela educação. Graças a ela, tornou-se possível acreditar na possibilidade de que o projeto ilustrado pudesse triunfar devido ao desenvolvimento da inteligência, ao exercício da racionalidade, à utilização do conhecimento científico e à geração de uma nova ordem social mais racional.

Essa é a fantasia que carregou e carrega a educação escolar até hoje. Esse tem sido, resumidamente, sua perspectiva de significado. É esse o modelo cultural que vem decorrendo, no meio de crises e conflitos, no seu dia-a-dia. Esse modelo escolhe conhecimentos, valores, aprendizados e outros, relativo ao que analisa como adequados ao seu desenvolvimento. Determina-se sobre a imaginação da equidade e do direito de todos à educação e à escola, conforme é determinado na Constituição Federal do Brasil.

Porém, diversos estudos evidenciam que essa perspectiva acaba por conduzir a uma visão uniforme dos conteúdos e dos indivíduos presentes no processo educacional, admitindo uma visão monocultural da educação e, especialmente, da cultura escolar.

É necessário ressaltar que o que distingue o universo escolar é a relação entre as culturas, relação essa, citada anteriormente, atravessada por crises e conflitos, e que se salienta quando as culturas crítica, acadêmica, social e institucional, fortemente articuladas, tornam-se hegemônicas e tendem a ser absolutizadas em detrimento da cultura experiencial, que, por sua vez, possui profundas raízes socioculturais.

JUVENTUDE: TRABALHO E ESCOLA

As ligações entre o estudo e o trabalho são complexas e variadas. Para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se priorizam ou poderão sofrer várias ênfases, conforme o período do ciclo de vida e as condições sociais que lhes consintam viver a condição juvenil.

Desse modo, o mundo do trabalho / emprego surge como uma intervenção essencial e simbólica na experiência e expectativa da condição juvenil, podendo-se afirmar que "o trabalho também faz a juventude", mesmo considerando a diversidade existente de situações e posturas por parte dos jovens em relação ao trabalho (SPOSITO, 2005).

É sabido que o trabalho é considerado, como uma ação de mudanças dos fatos, numa resposta aos desafios da natureza, relação lógica entre teoria e prática. Desse modo, pelo trabalho, o homem se autoproduz, transformando sua visão de mundo e de si mesmo: do mundo cultural-educativo. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a educação coincide com a existência humana.

Saviani (1994, p. 148), afirma que:

A educação coincide com a própria existência humana (...) as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. À medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem (...). O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto, podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

Para esse autor, o trabalho constitui-se um acontecimento fundamental para se compreender a educação. Com isso, há uma íntima relação entre o trabalho e a educação.

Compreender as relações entre juventude, trabalho e escola demanda grande empenho. A hipótese fundamental para se entender a questão da relação entre juventude, escola e trabalho é que as condições e trajetórias do jovem se articulam e norteiam à desigual estruturação econômica, social e política historicamente dada como capitais sócio/político/econômico/culturais.

Um dos grandes desafios que compõe a educação é a necessidade, cada vez mais latente, de qualificação e conhecimento do indivíduo para a inserção no mercado de trabalho. Isso, conforme aponta Kuenzer (2003), determina um novo princípio educacional pelo qual a sociedade procura formar intelectuais/trabalhadores e cidadão/produtores com a finalidade de atender as novas demandas impostas pela sociedade, globalização e pela grande dialética produtiva.

É importante salientar e ressaltar que os jovens, sobretudo os procedentes das classes sociais mais abastadas, tem ingressado cada vez mais cedo no mercado de trabalho. A juventude se coloca no mundo do adulto assumindo responsabilidades que não compete ao seu mundo, isso é reflexo do que esta acontecendo no mercado de trabalho e globalização, pois cada vez esta sendo mais exigentes.

Como apontam Abramo e Branco (2005), a desigualdade de capitais de linhagem proporciona chances bem diferentes aos jovens. Equipara-se a uma competição com obstáculos, na qual se despontam de forma acentuada, além da desigualdade de capital e renda, as condições culturais, de raça, cor, gênero e território. Essa desigualdade social que se anuncia faz com que haja no Brasil diversas juventudes, como chamam a atenção os autores acima citados, ao assegurar que é importante diferenciar “condição juvenil e situações juvenis”.

De acordo com Abramo (2005), a noção de condição juvenil leva ao entendimento que, primeiramente, é uma fase do ciclo de vida, de ligação entre a infância e a vida adulta, permitindo a elaboração para o exercício das dimensões de produção, representação e participação na sociedade.

Assim, a condição juvenil é composta de diversas grandezas que podem ser compreendidas a partir do contexto sociocultural mais amplo, onde os jovens vêm construindo sua experiência, o que produz certas características às vivências juvenis: tempo de tensão entre o presente e o futuro, de instabilidade e de incertezas. Tais características repercutem na constituição da condição juvenil nos seus tempos e espaços.

Agrupam-se a elas as mudanças no mundo do trabalho devido à desorganização do mercado de trabalho, o que tem causado desemprego, desassalariamento e precários postos de trabalhos, abrangendo sobretudo, os jovens carentes. As probabilidades de os jovens estabelecerem carreiras lineares

são mínimas, salientando a vulnerabilidade e imprevisibilidade nas trajetórias juvenis (DAYRELL, 2007).

SUJEITO DA EDUCAÇÃO

A escola é um espaço social intercalado por imensuráveis relações constituídas e fundamentadas em assimilações fiéis dos seus espaços, princípios, práticas e saberes que representam a vida escolar dos sujeitos inseridos no seu cotidiano (DAYRELL, 1996).

O perfil social da escola para seus educandos é algo individual expresso nas assimilações que cada um faz da sua trajetória escolar diante do seu processo de formação e de aprendizagem.

Entender a importância e necessidade da escola para os jovens durante as fases de sua vida, o subsídio e aprendizagem das informações obtidas nela para o seu dia-a-dia e a relevância dela na vida de seus sujeitos é o ponto de análise desse grupo.

O processo de escolarização narrado por Patto (1995), tem em seus caminhos, mecanismos de exclusão que vinculam o preconceito e a discriminação por classes sociais, gênero, raça, cultura e diversos modos de aprendizagem.

Como é observado, sentimentos de exclusão vivenciados por crianças, jovens e adultos, induzindo-as a formarem um autoconceito negativo concernente à impotência. A discriminação e o preconceito que o negro e/ou pobre e/ou a mulher e/ou crianças sofrem no seu dia-a-dia, provocam sofrimento e angústia.

Acredita-se que a escola como um espaço educativo pode ser transformadora nesse sentido. Visto que, por ser um palco de experiências com as diversidades socioculturais, afetivas, cognitivas e morais, dos alunos e professores, é um espaço excepcional para a constituição da ética no relacionamento com os outros e consigo mesmo. Essa diversidade é percebida como parte da complexidade dos atributos humanos e sociais e não devendo ser apreendida como carência ou algo a ser suprimido deixando exposto o coletivo/normativo.

ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

As tendências pedagógicas determinam o papel do homem e da educação no mundo, na sociedade e na escola, o que repercute na prática docente em sala de aula graças a elementos constitutivos que envolvem o ato de ensinar e aprender.

Muito se tem debatido sobre a organização histórica do processo pedagógico, podendo adquirir dois rumos diferentes. Um alicerçado no modelo newtoniano-cartesiano, em que o ensino é direcionado ao repasse de informação num processo reprodutivo e mecanizado. Os métodos e conteúdos de ensino não se conectam com a realidade social dos alunos. A prática pedagógica com embasamento nessa perceptiva conservadora distinguiu a tendência tradicional, a tendência escolanovista e a tendência tecnicista. O outro modelo caracterizado como inovador, tem como foco principal à produção do conhecimento, denominada com “paradigma emergente” (BEHRENS, 2003, p.14).

É importante ressaltar que a expressão “tendência”, de modo geral, significa permanência, seguimento, duração histórica, descrições indispensáveis de informações que originaram e desenvolveram num determinado contexto social e de época.

Desse modo, há diversas tendências na educação brasileira, que foram influenciadas pelos grandes movimentos educacionais internacionais, reguladas nas especificidades da história política, social e cultural conforme o período a ser analisado.

Para melhor entender essas “tendências”, recorre-se à obra de Libâneo (1994), que classificou em seus estudos duas grandes tendências: a Pedagogia Liberal, agrupando as linhas: ensino tradicional, renovada progressista, renovada não diretiva e a tecnicista; e a Pedagogia Progressista, incluindo as linhas: libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

Assim, o século XX foi caracterizado pela construção de grandes sistemas educacionais. Também nesse período, houve diversas discussões em torno das dimensões político pedagógica do profissional da educação. Por muito tempo, acreditou-se na função civilizadora da escola, na qual o ensino se restringia a metodologias reprodutivas de caráter instrucional.

Para encarar o desafio de ensinar a todos os alunos, os educadores devem ter acesso a ações de formação como ponto de partida de seu desenvolvimento profissional.

A organização do trabalho pedagógico deve ser refletida em função de que as crianças sabem de seus conhecimentos e aprendizagem, essa relação de conhecimentos e conteúdos são considerados importantes para que elas aprendam e apliquem no seu dia a dia.

Para Veiga (2000) a avaliação da gestão em uma escola que se pretende ser democrática, não é só dos aspectos burocráticos que compõe administração da escola, mas do Projeto Político Pedagógico como um todo, tendo claro, que o mais importante e essencial é qualidade do ensino praticado e relação democrática entre professor/aluno.

A relação família-escola cumpre papel de destaque nesse processo, é certo que nem todas famílias participam, ou podem participar, mas vale a pena incluí-las no planejamento escolar, através de solicitações/convite para serem participativa na escola de seu filho, pois é interessante entender sobre modo de funcionamento, gostos, histórias, profissões, pensamento entre outros pontos, pois tudo isso está ligado às histórias da vida das crianças, e assim, traz uma melhor relação entre escola/professor/aluno.

RELAÇÃO ENTRE CULTURA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

Os vocábulos educação e cultura, no entendimento geral, balançam entre a assimilação e a radical caracterização. Nos discursos, sobretudo no de caráter político, a educação é distinguida com a escola ou a escolaridade, e a cultura com a ciência ou o volume de informação.

A educação é um processo duplo ou, se desejar seguir um modelo comparativo, recorre-se à ideia de sistema, considerando-a como efeito de dois princípios em constante intercâmbio.

Em que incidam as análises feitas por alguns autores à teoria de sistemas adota o modelo para o esclarecimento simples de relações entre elementos complexos ainda é um subsídio indutivo correto.

Nessa linha de pensamento, fica evidente que a educação não pode ser simplesmente igualada à escola e à cultura, mas, procede desta última e, ao mesmo

tempo, a retroalimenta. A cultura do grupo proporciona os objetivos e adapta os procedimentos grupais no desenvolvimento educacional do homem.

De acordo com Maia (2002), o conceito de cultura identifica-se com o de herança social, algo que as novas gerações recebem das que as antecederam. A cultura é, por conseguinte, cumulativa. Se não conservada, se destrói; se não renovada, desgasta-se em um processo autofágico.

Ora, cultivar e restaurar são ideias contraditórias e quase reciprocamente excludentes. Entretanto, cabe à educação harmonizá-las e torná-las realidade. A educação tem, portanto, papel decisivo com relação à cultura, pois, ao mesmo tempo em que é responsável pela transmissão dos processos e dos produtos culturais (desde a linguagem até os conhecimentos científicos e filosóficos e os padrões estéticos expressos na arte) deve, também, desenvolver a criatividade para renovar esses mesmos processos e produtos (MAIA, 2002, p. 8).

É importante ressaltar que ainda que a escola seja o local excepcional da apropriação do conhecimento, ela não é o único na sociedade. Existem vários locais de acesso ao conhecimento, que podem vir por meio da internet e de todas as tecnologias hoje disponíveis.

Nesse contexto, um caminho para aproximar educação e cultura implica a junção da escola com os diversos locais de conhecimento, equipamentos e projetos de cultura, de forma que esta aliança ocasione um impacto positivo, dinâmico, interessante e eficaz na aprendizagem das pessoas, seja ela de qualquer faixa etária.

Em termos práticos, a ideia é que a escola tenha facilidade e conhecimento à cultura de sua região, e que na elaboração da grade curricular valorize a diversidade e pluralidade regional, e também a relação da escola com os produtores de cultura são itens que deverá ser observado para elaboração da grade e ainda caminhos para unir a cultura e educação, trazendo como consequência a qualidade no ensino e trabalho. Pois, a concepção de trabalho é essencial para se compreender o que é cultura, e o trabalho constitui-se um fenômeno básico para se compreender a educação.

Através do trabalho o homem estabelece relações sociais, comportamentais e cria vínculos nas instituições e nos saberes. O caminho da humanização do homem é potencializado pelo seu ato de trabalhar, pois o trabalho é considerado como ação transformadora das realidades.

Percebe-se que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, podendo transformar sua visão de mundo e de si mesmo: do mundo cultural-educativo, do mundo econômico, político, social, com perspectivas éticas e com direitos econômicos da humanização, como prática do capital global.

Assim, a possibilidade de melhor compreensão do mundo quando o mesmo transforma pelo trabalho, descobrindo outro sentido histórico, o estado da liberdade que só será real quando a natureza for humanizada pelo trabalho, quando o reconhecimento da consciência realizar-se pela mediação da obra comum. Com isso, abre-se o caminho à consciência da liberdade.

CONCLUSÃO

O enfoque da diversidade cultural na escola se concretiza a partir do encontro de nossos valores simbólicos, econômicos, socioculturais e do outro lado o ser humano (criança, adolescente, jovem, adultos e idosos).

Difundir o olhar rumo ao reconhecimento das diferenças e dos diversos aspectos das desigualdades (socioculturais, raciais, econômicas etc.) nos leva a rever alguns valores morais e sociais que foram colocados e estudados no campo da cultura. A diversidade cultural como princípio educativo ultrapassa a noção de identidade nacional e se consolida por meio das experiências socioculturais que abrangem os indivíduos na sociedade.

Acredita-se que a cultura, o trabalho e a educação sejam inseparáveis, pois se completam, visto que através do trabalho criam-se as relações sociais, que são exemplos de comportamento obtidos através das instituições das quais se faz parte. A educação repassa esses comportamentos de geração para geração através da cultura ou seja, tudo que o homem pratica; as crenças, os costumes, os hábitos e as leis.

Observou-se que a escola é uma instituição cultural. Assim, as relações entre escola e cultura não podem ser idealizadas distintamente, ao aceitar a agregação entre escola e cultura vê-se suas relações como atributos da natureza educacional.

Conclui-se que sob o ponto de vista da diversidade cultural como princípio educativo interessa-nos limitar sobre quais são os valores socioculturais que produzem o currículo formal da educação escolar. Afinal, é papel da escola, através

da prática educativa, transmitir as diversas contribuições socioeconômicas e culturais dos distintos grupos que compõem nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/ Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011. [Links]

ANDRADE FILHO, Francisco Antônio de. Trabalho – a expressão fundante da humanização. in: Symposium (rev.), ano 3, número especial, jun./99, p. 73-81

BEHRENS, Marilda A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 3 ed. Curitiba: Champagnat, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 20 set. 2012

CANDAU, Vera Maria (org.). **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A. 2003

CARVALHO, R. V. A juventude na Educação de Jovens e Adultos: uma categoria provisória ou permanente? *In: 9º Congresso Nacional de Educação/ 3º Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*. Paraná, 2009.

DAYRELL, J ; MAIA, C. V. V. L. A escola como espaço sociocultural. *In: Juarez Dayrell. (Org.). Múltiplos Olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996, v. , p. 136-161.

KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1994.

MAIA, Nelly Aleotti. **Educação e Cultura Sinônimos ou sistemas em interação?** Da cultura. ANO II / Nº 3 / JAN-JUN 2002. Disponível em: http://www.funceb.org.br/images/revista/10_7r5u.pdf

PATTO, M.H. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: TA Queiroz, 1995.

SACRISTÁN, José Gimeno. **A educação obrigatória**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SAVIANI, Demerval. O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias. in: FERRETTI, Celso João et al. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: Abramo, H.; Branco, P.P.M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

VEIGA, Ilma P.A. (org). **O Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma construção possível. 11^a ed. Campinas, Papirus, 2000.